



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 10 • 23 a 29/04/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

24/04/2006 – Alemanha 2006: a formação da ‘Grande Coalizão’ e o possível curso das reformas econômicasp.01

Analisam-se as perspectivas econômicas e as conseqüências sociais para o novo governo alemão formado a partir da Grande Coalizão liderada pela Chanceler Angela Merkel.

27/04/2006 – Chávez almeja fixar o preço do petróleo no mercado internacionalp.06

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, propõe estabelecer o preço do barril do petróleo a US\$ 50. Há indícios de que isso seja uma estratégia do presidente para obter uma elevação da quantidade de reservas do país reconhecidas pela OPEP.

Resenhas

26/04/2006 – A continuação do debate: Os Estados Unidos e a imigração .p.09

Debate de longa data nos Estados Unidos, a questão da imigração atrai novamente a atenção da sociedade após uma série de manifestações populares por todo o país acerca de dois projetos de lei divergentes que se encontram no Congresso estadunidense.

27/04/2006 – Repercussões da eleição para renovação do Parlamento Italianop.12

As eleições para renovação do Parlamento italiano, ocorridas nos dias 09 e 10 de abril de 2006, foram bastante disputadas, havendo contestação do resultado por parte de um dos candidatos. Além disso, o anúncio do oficial vencedor pode ter implicações diretas na política externa italiana.

Alemanha 2006: a formação da 'Grande Coalizão' e o possível curso das reformas econômicas

Análise
Desenvolvimento / Economia e Comércio

Prof. Alexandre Queiroz Guimarães
24 de abril de 2006

Analisa-se as perspectivas econômicas e as conseqüências sociais para o novo governo alemão formado a partir da Grande Coalizão liderada pela Chanceler Angela Merkel.

Nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, a Alemanha construiu um modelo de capitalismo socialmente coordenado, caracterizado pela forte participação dos trabalhadores e das associações empresariais e pela busca de legitimidade. Após a desastrosa experiência nazista, grande atenção foi atribuída aos resultados sociais, destacando a construção de um abrangente e generoso Estado do Bem-Estar Social. Os trabalhadores adquiriram o direito de participação em importantes decisões nacionais, assim como no âmbito das empresas. Apesar dos altos salários e das dificuldades de demitir, a economia alcançou alta competitividade, fundada nas práticas de treinamento e na excelência da mão-de-obra, o que conferiu à Alemanha ótima performance exportadora e liderança em nichos de produtos muito sofisticados. Os resultados alcançados na indústria automobilística, destacando a BMW, a Mercedes Benz e a Audi, são bastante ilustrativos.

Nos anos recentes, todavia, a Alemanha vem sofrendo os impactos das transformações na economia mundial, que incluem forte internacionalização

produtiva, desregulamentação financeira e um novo paradigma produtivo-tecnológico. Tudo isso vem colocando limites à intervenção do Estado e tornando difícil a preservação de formas nacionais de regulação alternativas ao mercado. Características importantes do modelo anterior, como a forte ligação entre bancos e empresas, foram colocadas em xeque. Assim, o modelo de capitalismo socialmente coordenado vem sofrendo fortes pressões e dificuldades. Entretanto, apesar de iniciativas de reformas em algumas instituições econômicas, características centrais do modelo anterior, com destaque para as relações de trabalho e os mecanismos de participação dos trabalhadores, têm sido preservadas.

Os resultados da eleição de setembro de 2005, marcada pelo forte equilíbrio entre os dois principais partidos - União Democrata Cristã (CDU)/União Social Cristã (CSU) -, de Angela Merkel, e o Partido Social Democrata (SPD), do ex-chanceler Gerhard Schröder retratam muito bem as difíceis escolhas e o impasse que o modelo alemão vem enfrentando. A então candidata de oposição, Angela Merkel, defendia uma série de reformas orientadas para tornar o modelo alemão mais flexível e para estimular tanto a

recuperação da economia como a criação de empregos. Durante a campanha eleitoral, Merkel chegou a ser comparada à ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, protagonista da revolução liberal nos anos de 1980. A comparação, no entanto, foi deixada de lado após os resultados da eleição. A necessidade de formar uma grande coalizão com o SPD, solução que havia ocorrido apenas uma vez desde a Segunda Guerra Mundial, impediu Merkel de adotar um amplo e radical programa de reformas. A nova Chanceler viu-se na contingência de negociar cuidadosamente um programa de reformas com o partido rival.

O SPD de Schröder teve de enfrentar pressões e críticas dos mais diversos espectros. Protagonista de um programa de reformas que visava reduzir o déficit público e tornar o mercado de trabalho um pouco mais flexível, a Agenda 2010, Schröder teve de suportar os custos de medidas muito impopulares. Cortes no auxílio desemprego e em outros benefícios, assim como uma maior pressão para os desempregados aceitarem empregos com baixa remuneração, gerou forte descontentamento, principalmente por parte dos sindicatos e dos segmentos mais à esquerda, paradoxalmente aqueles que se sentiam mais representados pelo SPD. Ademais, Schröder foi acusado pelos liberais de ter sido muito cauteloso nas reformas, consideradas insuficientes para reverter as dificuldades da economia alemã, principalmente em relação ao alto desemprego. Ele procurou se defender enfatizando a necessidade de conciliar as reformas com a preservação do modelo social e dos direitos de cidadania, considerados uma característica inegociável do modelo alemão. A necessidade de reforçar o apoio ao programa de reformas levou à arriscada aposta de antecipar as eleições, o que resultou na derrota, por uma pequena margem, na eleição de setembro de 2005.

O impasse gerado pelas eleições revelou

um importante dilema que a sociedade alemã vem enfrentando: ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de reformas, evidenciada pelas altas taxas de desemprego e pela estagnação da economia, refletida em píftias taxas de crescimento econômico, admite os benefícios do modelo de capitalismo social, valoriza os direitos alcançados pelo modelo social e sabe que o receituário liberal não é uma panacéia para todos os problemas. A flagrante desigualdade e pobreza do modelo econômico americano e a precariedade de suas relações de trabalho não são características invejadas pelos alemães, que também se orgulham de muitas vantagens alcançadas pela indústria nacional. O impasse traduziu-se no grande equilíbrio nas eleições e na incapacidade de Angela Merkel para formar uma coalizão majoritária com os partidos afins.

A possibilidade de adotar reformas radicais já enfrentava, a priori, sérias dificuldades, a começar pela grande abrangência e heterogeneidade dos partidos políticos. Merkel já sofreria oposição dentro do seu próprio partido para aprovar reformas, uma vez que muitos estratos da sociedade estão ali representados. Além disso, Merkel tende a enfrentar oposição das lideranças estaduais do seu próprio partido, também resistentes a reformas radicais. Por sua vez, também o SPD incorpora ampla gama de posições, incluindo desde representantes dos sindicatos, fortes críticos das reformas propostas por Schröder, até segmentos empresariais mais favoráveis às mudanças. As dificuldades são também amplificadas pelas características do sistema político alemão, marcado pelo grande número de partidos e pela necessidade de formar governos de coalizão. Esta característica, aliada ao sistema federalista, tem funcionado, por muitas décadas, como um obstáculo a reformas muito drásticas. Assim, deve-se destacar o notável contraste com o sistema britânico,

marcado por poucos partidos e por uma junção entre Legislativo e Executivo, com poucos pontos de vetos. A obtenção de maioria por um dos dois principais partidos, como obtido por Thatcher e, mais recentemente, por Tony Blair, torna muito mais fácil a implementação das reformas.

Portanto, a ampla abrangência e a heterogeneidade da Grande Coalizão, capaz de combinar desde segmentos da extrema direita até os grupos defensores do modelo anterior, dão margem a certo pessimismo em relação à capacidade de aprovar reformas relevantes. Alguns analistas chegam a acreditar em um ritmo lento de reformas, com a capacidade de aprovar apenas aquilo que é considerado um mínimo denominador comum entre os dois partidos. O fato de as reformas terem altos custos imediatos, enquanto os resultados irão demorar a aparecer, é um agravante adicional. É verdade que, uma vez concordando com certas direções, a maioria obtida na primeira casa do Parlamento (*Lower House*) favorece a aprovação das reformas. No entanto, deve-se destacar que dificuldades tendem a surgir na segunda casa (*Upper House*) do Parlamento, onde os representantes estaduais estão bem representados e são contrários a certas reformas.

Existem, no entanto, razões para otimismo, incluindo um consenso sobre a necessidade de certas reformas. Os dois grandes partidos reconhecem que existem problemas urgentes e que a incapacidade de enfrentá-los tende a trazer fortes custos políticos, o que acarretaria um fortalecimento ainda maior dos partidos menores. Entre as medidas consensuais, reconhece-se a necessidade de reduzir o déficit público aos níveis acordados pela União Européia. Concorde-se também com a necessidade de desregular certas áreas e de promover reformas nos sistemas de saúde, de aposentadoria e tributário. Uma reforma no sistema federalista alemão já havia sido bem avançada em 2004, devendo ser concluída

pelo novo governo. Além disso, Schröder e Merkel já haviam concordado, em 2005, quanto à redução nos impostos a serem pagos pelas empresas. Outro ponto importante diz respeito à redução dos encargos trabalhistas, visando tornar as empresas mais competitivas, o que deve ser viabilizado com o aumento de 2% no imposto sobre valor adicionado. Os partidos também concordam quanto à necessidade de aumentar os gastos em pesquisa e desenvolvimento, embora possa haver divergências sobre como financiá-los. Segundo reportagem da revista *Economist*, se tudo correr bem, o governo pode tentar medidas mais ousadas, como a simplificação do sistema tributário e a reforma das leis financeiras presentes na Constituição. Na hipótese de sucesso, pode-se tentar atacar o esquema de subsídios e proteção, que tende a inibir uma maior eficiência dos setores econômicos, principalmente o de serviços.

Outras reformas, no entanto, serão muito difíceis, destacando a do mercado de trabalho. Durante a campanha, Merkel defendeu a descentralização das negociações salariais, que passariam a ser conduzidas no âmbito das firmas, e a forte desregulamentação das relações de trabalho, visando facilitar as demissões e aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho. Essas propostas são fortemente criticadas por segmentos do SPD, que acreditam que as reformas da Agenda 2010 já foram longe demais. Trata-se de propostas que tendem a enfrentar forte oposição, principalmente dos sindicatos e dos segmentos mais à esquerda, embora exista também resistência por parte de algumas grandes empresas, que reconhecem a funcionalidade da negociação mais centralizada para a estabilidade no chão da fábrica.

Em face da importância das decisões envolvidas e do amplo espectro de segmentos representados pela Grande Coalizão, o sucesso de Merkel irá depender de uma grande habilidade política, incluindo a decisão sobre o foco

em que deve concentrar a principal investida. Merkel, que deve ter aprendido bastante com as dificuldades enfrentadas por Schröder, parece ter grande tenacidade para perseguir pontos de sua agenda. Nesse processo, um importante papel pode ser desempenhado pela ala reformadora do SPD, o que confere grande importância à nomeação de quadros mais conciliadores deste partido para o Ministério da Fazenda e para o Ministério das Relações Exteriores. No entanto, as dificuldades são consideráveis, não devendo, por isso, ser subestimadas.

Alguns prospectos positivos marcaram a economia alemã em 2005: as exportações tiveram bom desempenho e há evidências de forte redução dos custos das empresas, propiciados, entre outros fatores, pela abertura de fábricas em outros países e pela construção de redes de fornecedores no Leste europeu. Resultados do último mês de dezembro indicam uma recuperação surpreendente dos gastos dos consumidores. Ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, incluindo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a recuperação alemã não tem sido dirigida por uma bolha no mercado imobiliário. Isso significa que a recuperação do consumo, uma vez consolidada, tende a ser muito mais consistente. Além disso, deve-se enfatizar que muitas dificuldades relacionam-se a questões específicas da União Européia, com destaque para uma política monetária muito restritiva e seu impacto negativo no câmbio e nas exportações. A resolução dessa questão pode trazer um maior vigor para a economia, permitindo fortes ganhos no combate ao desemprego.

Apesar da incerteza, principalmente quando importantes negociações políticas estão envolvidas, é bem factível acreditar que algumas reformas serão adotadas, conferindo maior vigor à economia e estimulando alguns setores. No entanto, é difícil acreditar que haverá convergência para um modelo mais liberal, uma vez que a forte participação dos trabalhadores

nas relações industriais, um aspecto central do capitalismo coordenado, será preservada.

A Alemanha continuará a contar com uma mão-de-obra fortemente especializada e competitiva, com alto grau de atuação em nichos mais sofisticados. A preservação do modelo e o vigor da economia dependerão, no entanto, da capacidade de efetuar avanços em ciência e tecnologia e de reforçar o sistema nacional de inovação. A Alemanha precisa, sobretudo, melhorar sua capacidade de fazer inovações radicais, com destaque para os setores que vêm liderando o novo paradigma produtivo-tecnológico, incluindo o de eletrônica, o de ciência da informação e vários outros nos quais a integração da indústria com a pesquisa básica é fundamental. Além disso, é imprescindível aumentar a agilidade de alguns setores para responder às rápidas mudanças que vêm acompanhando o novo paradigma. E é também muito importante que a Alemanha melhore seu desempenho no setor de serviços. Sendo bem sucedida nesse conjunto de reformas – o que é por si só um desafio considerável –, a Alemanha poderá se beneficiar dos recursos organizacionais desenvolvidos pelo seu modelo de capitalismo coordenado, com destaque para as redes (*networks*) conduzidas pelas associações empresariais. E terá então grandes condições de conciliar a eficiência produtiva com os bons resultados sociais e distributivos alcançados por seu modelo de capitalismo.

Referência

All options open to break the stalemate.

Financial Times. 20 set 2005.

Ask the expert: The choice for Germany.

Financial Times, 12 set 2005. Acessado em 22-03-2005.

BENOIT, Bertrand. Both sides claim victory after German election.

Financial Times. 18 set 2005.

BENOIT, Bertrand. **Skills at consensus-building face tough test.** *Financial Times*. 19 set 2005.

Captains of industry fret about reform stagnation. *Financial Times*. 18 set 2005.

Germany hesitates. *Financial Times*. 17 set 2005.

PARKER, George and BLITZ, James. **Poll deals blow to advocates of EU economic reform.** *Financial Times*. 19 set 2005.

SIEGELE, Ludwig. **The German Question** - will Angela Merkel's grand coalition work? In: *The Economist - The World In 2006*.

WILLIAMSON, Hugh. **Pace of economic reforms set to slow.** *Financial Times*. 18 set 2005.

Ver também:

26-09-2005 - [Alemanha em debate: o capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentes](#)

Chávez almeja fixar o preço do petróleo no mercado internacional

Análise
Economia e comércio

Ana Flávia Lima Teles
27 de abril de 2006

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, propõe estabelecer o preço do barril do petróleo a US\$ 50. Há indícios de que isso seja uma estratégia do presidente para obter uma elevação da quantidade de reservas do país reconhecidas pela OPEP.

O Presidente venezuelano Hugo Chávez está planejando lançar um programa para modificar a política global do petróleo, estabelecendo o preço do barril a US\$ 50.

Segundo um relatório de analistas do Departamento de Energia dos Estados Unidos, um acordo de longo prazo com esse preço poderia permitir que a Venezuela contabilizasse seus depósitos de petróleo bruto como sendo parte de suas reservas oficiais.

A Venezuela possui vastos depósitos de *extra-heavy oil*¹, e essas reservas não têm sido contabilizadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), porque o preço do barril a US\$ 20, como chegou a ser cotado durante os anos de 1986, 1993, 1997 e 2002, não as tornam economicamente viáveis para exploração; mas, a US\$ 50 – preço hoje abaixo do nível internacional –, tornar-se-ia extremamente lucrativo.

¹ Também chamado de areias, oleosas refere-se a uma combinação de barro, areia, água e betume. Esse último elemento não é nem petróleo e nem piche, mas um semi-sólido, uma forma degradada do petróleo, que em condições normais, não pode ser usado na produção de bens, sendo necessário um processo difícil e caro para torná-lo viável para a produção de bens.

Tal medida possibilitaria uma maior estabilidade nos preços da *commodity* no mercado internacional. Assim, as altas variações, que poderiam conduzir os preços a uma forte queda, não inviabilizariam a extração de depósitos de alto custo de gestão.

Esse preço fixado seria atualizado conforme a variação das taxas de inflação, e asseguraria um fluxo constante de dinheiro no longo prazo, o que tornaria rentável a exploração dessas reservas. Tal estratégia coaduna com a atual conjuntura econômica-energética de seguidas altas do preço do petróleo, que está associada a fatores como, por exemplo: o furacão Katrina nos Estados Unidos, que atingiu usinas e influenciou sobre sua capacidade de produção; as conturbações políticas que se seguiram à invasão do Iraque, gerando incertezas sobre o mercado energético; e a crescente demanda da China pelo combustível, o que aumenta a pressão sobre o preço em função da débil relação entre oferta e demanda. Entretanto, há diversos fatores que influem sobre a formação de preços do fóssil, e uma queda brusca poderia intervir na relação de custos de extração e refinamento. Neste contexto, seria, então, perspicaz fixar o preço do barril no caso

venezuelano.

Com maiores reservas, um aumento da demanda pelas suas reservas oficiais de petróleo poderia fazer com que o país exigisse permissão de maior produção dentro da OPEP.

Se bem sucedida, a estratégia de Chávez poderia levar ao reconhecimento de suas reservas de petróleo *extra-heavy*, que somadas ao restante, se tornariam maiores que as reservas da Arábia Saudita, o maior detentor de depósitos atualmente.

Se ampliadas as reservas oficiais, o governo venezuelano controlaria 1,3 trilhões de barris de petróleo (de acordo com o relatório do Departamento de Energia estadunidense), mais que as reservas petrolíferas declaradas do resto do planeta. Com isso, a Venezuela, que já é o quinto maior exportador de petróleo do mundo, ampliaria seu poder político na esfera internacional.

Chávez afirma ser a Venezuela detentora das maiores reservas de petróleo do mundo. Estas seriam suficientes para a extração, a níveis atuais, por um período de 200 anos, e o preço a US\$ 50 o barril. Declara ainda ser esse um preço justo. Tal preço proposto por Chávez é aproximadamente US\$ 15 menor que o atual preço no mercado internacional.

O Ministro de Energia e Petróleo da Venezuela, Raphael Ramirez, disse que o país planeja pedir o reconhecimento das reservas petrolíferas de 312 bilhões de barris venezuelanos durante a reunião dos membros da OPEP, que terá lugar em Caracas, no dia 1 de junho de 2006.

Essa estratégia ambiciosa da Venezuela, de tentar impulsionar sua posição no *ranking* global de produtores de petróleo, por meio do aumento da extensão de suas reservas oficialmente reconhecidas, deve, não sem surpresa, enfrentar oposições por parte de outros países produtores.

Alguns países provavelmente vão se posicionar contra a idéia de um preço fixo para o mercado de petróleo global bem

abaixo dos níveis existentes, uma vez que terão seus lucros diminuídos. Além disso, outros países não ficarão satisfeitos em diminuir sua influência sobre o mercado petrolífero em favor da Venezuela.

Como procura elevar a posição do seu país em relação à produção de petróleo, Chávez introduziu também mudanças radicais na indústria doméstica da *commodity*. No dia 31 de março de 2006, seu governo anunciou que 17 companhias de petróleo teriam concordado com as mudanças, quais sejam de se transformarem em 30 *joint ventures*², o que possibilitará ao governo maior autonomia sobre a indústria.

Os acordos originais foram assinados em 1990 como uma estratégia para atrair mais investimentos para a indústria petrolífera. Entretanto, Chávez defende que os acordos deram às companhias estrangeiras demasiados ganhos e ao governo muito pouco. Com os novos acordos, a Venezuela deterá 60% das *joint ventures*. Segundo Chávez, esse acordo representaria uma aliança estratégica com o setor privado.

Contudo, ao que parece, tais “alianças” não foram aceitas de bom grado, ao contrário do que sugere a declaração de Chávez. A companhia francesa Total S/A e a italiana Eni SPA, por exemplo, recusaram-se a assinar tais propostas. Em resposta, foram confiscados os dois campos petrolíferos dessas empresas, as quais foram avisadas de que as companhias que não se submeterem às leis do Estado serão obrigadas a deixar o país.

Os confiscos são parte do esforço do presidente de auferir mais renda ao

² *Joint venture* é uma associação de empresas, não definitiva, com vistas à exploração de determinados negócios num dado mercado, sem a perda das suas personalidades jurídicas. Esse instrumento é uma etapa anterior a uma possível participação societária e, na verdade, a conexão destas se dá por interesses convergentes.

Estado venezuelano oriunda do petróleo. As companhias privadas de petróleo detinham o controle de 32 campos petrolíferos na Venezuela sob contrato com o governo. Mas a Venezuela exigiu que essas empresas passassem a ser *joint ventures*.

Chávez defende que os rendimentos petrolíferos seriam cruciais para lutar contra a pobreza. Críticos de seu governo o acusam de utilizar os rendimentos em programas sociais improvisados.

Recebendo mais de US\$ 200 milhões de dólares por dia pela venda de petróleo, metade desse montante vindo dos EUA, Chávez gasta em construção de infraestrutura, aumento do salário mínimo, e investimentos em saúde e educação nas periferias pobres das cidades. Em vista disso, Chávez tornou-se popular nas camadas mais desfavorecidas da população.

Chávez também aplica bilhões na América Latina, comprando grande quantidade títulos da dívida pública da Argentina e do Brasil. Fez negócios baratos de petróleo com Equador e com os países do Caribe. Ele também gastou dólares para apoiar Fidel Castro. Em troca, Cuba forneceu médicos e professores que trabalham nos bairros de Caracas.

CNN

<http://www.cnn.com>

Folha on line

<http://www.folhaonline.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Venezuela Analysis

<http://www.venezuelanalysis.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

20/05/2005 - [Estados Unidos buscam acordo com Arábia Saudita sobre a questão energética](#)

Referência

Sites:

Al Jazeera

<http://english.aljazeera.net>

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Chile EFE

<http://www.efe.com>

A continuação do debate: Os Estados Unidos e a imigração

Resenha
Economia e Comércio / Integração Regional / Segurança

Igor Andrade Vidal Barbosa
26 de abril de 2006

Debate de longa data nos Estados Unidos, a questão da imigração atrai novamente a atenção da sociedade após uma série de manifestações populares por todo o país acerca de dois projetos de lei divergentes que se encontram no Congresso estadunidense.

Ao aprovar, em dezembro de 2005, um projeto de lei que estabeleceria penas mais pesadas para imigrantes ilegais nos Estados Unidos (EUA), a *House of Representatives* – equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil – reacendeu o debate recorrente que existe naquele país acerca da imigração [ver [Estados Unidos discute o problema da migração](#)]. Tudo indica que qualquer decisão que venha a ser tomada em relação à imigração nos EUA será marcada por fortes oposições e terá expressivas conseqüências internas, regionais e internacionais.

Calcula-se que, atualmente, cerca de 11 milhões de imigrantes ilegais residam nos EUA e que outros 6 milhões tenham sido impedidos de entrar desde 2000. Considerando tais números, não é de se surpreender que o projeto de lei citado anteriormente tenha provocado, no início de 2006, centenas de manifestações populares por todo o país e uma forte reação de líderes comunitários – especialmente daqueles advindos de áreas em que há uma expressiva população hispânica¹. Grande parte dos protestos se devia ao fato de que o projeto de lei também restringe substancialmente o

acesso dos imigrantes ilegais a serviços sociais e prevê a construção de mais de mil quilômetros de cercas de segurança na fronteira com o México.

Em reação a estas manifestações, o Senado estadunidense passou a discutir um outro projeto de lei que facilitaria o processo de legalização da situação dos imigrantes ilegais nos EUA, criaria um programa de trabalho temporário em que os participantes ficariam por um tempo limitado nos EUA e não poderiam tentar obter cidadania estadunidense posteriormente, e fortaleceria a segurança na fronteira com o México.

Em uma tentativa de obter o apoio político dos grupos mais conservadores – a grande maioria deles Republicanos – e também de se tentar chegar a um acordo com os membros da *House of Representatives*², várias emendas foram adicionadas ao projeto inicial que circulava no Senado. Os imigrantes ilegais que residem a cinco ou mais anos nos EUA poderiam ficar no país e tentar obter a cidadania estadunidense após pagarem uma série de taxas e terem sua ficha policial examinada; os que

¹ Expressão utilizada para os imigrantes latino-americanos e seus descendentes.

² No sistema legislativo dos EUA, os projetos de lei só entram em vigor após terem sido apresentados ao Presidente. Isso só ocorre se o projeto for aprovado, com o conteúdo idêntico, na *House of Representatives* e no Senado.

residem a mais de dois anos, mas menos de cinco, poderiam obter um visto temporário de trabalho após obrigatoriamente retornarem a seus países de origem; e os que residem a menos de dois anos seriam deportados.

A clara oposição entre os projetos existentes na *House of Representatives* e no Senado é ilustrativa de várias questões essenciais ao debate. Em primeiro lugar, evidencia-se o dilema enfrentado pelo Presidente George W. Bush. Os empresários e a população latina apóiam o programa de trabalho temporário, mas a base conservadora de Bush clama por medidas mais severas contra os imigrantes ilegais. Qualquer apoio explícito a uma das partes pode piorar ainda mais a grave situação enfrentada por Bush – este, de acordo com o censo Gallup, obteve, em março de 2006, a taxa de aprovação de 36 por cento, a mais baixa de toda sua presidência.

Em segundo lugar, fica claro que a preocupação dos conservadores se foca, em especial, na imigração mexicana. De acordo com George Friedman, analista internacional, esta preocupação é justificada, pois Washington poderia, a um médio ou longo prazo e havendo um fortalecimento econômico e militar do México, perder o controle sobre a fronteira EUA - México caso a porcentagem de hispânicos continuasse a crescer no sul do país.

Em terceiro lugar, destaca-se o papel essencial que os imigrantes possuem para a economia estadunidense. A mão-de-obra estrangeira sempre foi demandada nos EUA para realizar tarefas que necessitam de menor qualificação e a forte pressão que está sendo feita pelos empresários para que um programa de trabalho temporário seja adotado confirma este fato.

Em quarto lugar, e esta talvez seja a questão que se evidenciou de modo mais contundente nas recentes manifestações, está a crescente influência política dos

imigrantes nos EUA. Confirmando isto estão, por exemplo, as manifestações populares que ocorreram em mais de 140 cidades e 39 estados³, as campanhas como a do “Dia sem um imigrante”⁴, e os programas, que estão sendo implantados, de registro eleitoral e de educação de cidadania dos imigrantes legalizados. Com estes programas, uma grande parcela da população, os imigrantes, que normalmente não participavam das eleições, poderão se tornar um grupo fundamental na decisão de futuras eleições.

Concluindo, a possível aprovação do projeto que circula hoje no Senado estadunidense poderá ter grandes repercussões na medida em que aquele afeta aspectos econômicos, políticos, e sociais da imigração nos EUA. A aprovação de uma lei híbrida que seja o meio termo entre os projetos iniciais apresentados na *House of Representatives* e no Senado pode afetar de modo positivo a taxa de aprovação de Bush; a criação de um programa de trabalho temporário iria suprir a demanda por mão-de-obra estrangeira mais barata e, talvez, levaria os EUA a adotar postura semelhante nas negociações relativas à agenda de serviços na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁵; o fortalecimento da segurança na fronteira EUA - México deve

³ Bart Mongoven, analista internacional, chega a afirmar que os protestos relativos à imigração “... marcaram um dos raros instantes na história recente da nação [EUA] em que demonstrações tiveram um efeito direto sobre a decisão de políticas”.

⁴ Nesta campanha específica, pede-se que, no dia 1 de maio, os imigrantes por todo o país não compareçam às ruas, ao trabalho e à escola, e não comprem produtos estadunidenses. Essa campanha tem por objetivo mostrar o valor e a importância dos imigrantes para os EUA.

⁵ Na OMC um dos tópicos da negociação acerca da liberalização de serviços reside, precisamente, na questão do trabalho temporário. Os EUA, por temerem que estes trabalhadores temporários viessem a se fixar no país após o fim de seus vistos, têm se mostrado relutante a aceitar a liberalização desse serviço.

impossibilitando futuras instabilidades no sul dos EUA, mas também dificultará dramaticamente possíveis esforços no sentido de uma integração regional maior – especialmente no que se refere ao livre trânsito de pessoas; e a legalização da situação de milhões de imigrantes, somada à maior organização política dos mesmos, possibilitará uma ascendente participação política deste último grupo, ainda que este fato seja parcialmente enfraquecido pela deportação de milhões de imigrantes ilegais que estejam no país por menos de dois anos e pelo enrijecimento das condições de entrada e naturalização de outros tantos.

United States House of Representatives

<http://www.house.gov/>

Ver também:

02/12/2005 - [Estados Unidos discute o problema da migração](#)

Referência

FRIEDMAN, George. Borderlands and Immigrants. Stratfor Geopolitical Intelligence Report. 04.04.2006

MONGOVEN, Bart. U.S: The Limits of Direct-Action Protest. Stratfor Geopolitical Intelligence Report. 13.04.2006

Sites:

BBC NEWS UK

<http://news.bbc.co.uk/>

CNN. Com International

<http://edition.cnn.com/>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Stratfor

<http://www.stratfor.com/>

U.S Citizenship and Immigration Services

<http://www.uscis.gov/graphics/index.htm/>

Repercussões da eleição para renovação do Parlamento Italiano

Resenha
Integração Regional

Júlia Drumond Caiado
27 de abril de 2006

As eleições para renovação do Parlamento italiano, ocorridas nos dias 09 e 10 de abril de 2006, foram bastante disputadas, havendo contestação do resultado por parte de um dos candidatos. Além disso, o anúncio do oficial vencedor pode ter implicações diretas na política externa italiana.

A votação para a eleição de um novo Parlamento na Itália, ocorrida nos dias 09 e 10 de abril, foi polarizada entre a coalizão de centro-direita, conhecida como Casa das Liberdades e a coalizão de centro-esquerda, ou União. A liderança da Casa das Liberdades esteve representada por Silvio Berlusconi, atual primeiro-ministro, ocupante do cargo desde 2001. Já a coligação centro-esquerdista foi liderada por Romano Prodi, que já havia sido primeiro-ministro do país em 1996.

O processo pré-eleitoral foi marcado por intensas controvérsias e discórdias entre os dois candidatos. Durante as campanhas, houveram discussões acirradas que demonstraram a clara rivalidade existente entre os dois concorrentes.

Dentre as principais questões internas em disputa no processo eleitoral estavam o estado da economia italiana, que se encontra estagnada desde que Berlusconi assumiu o cargo, os temores ligados ao desemprego, assim como o déficit orçamentário, que está fora dos limites estabelecidos pela União Européia.

Em resposta à crise, o proprietário do maior império italiano de mídia,

Berlusconi, prometeu estimular o crescimento econômico através da redução do imposto de renda e ainda culpou a conjuntura internacional pela atual situação na qual o país se encontra. Em contrapartida, Prodi, ex-presidente da Comissão Européia, anunciou que irá estimular a criação de empregos através da redução dos custos trabalhistas e da contenção do déficit orçamentário. Além disso, a oposição ainda afirma que pretende reduzir a grande burocracia italiana, e adotar medidas para restaurar a competitividade.

Para as eleições desse ano, o governo Berlusconi havia aprovado, em dezembro de 2005, grandes mudanças no sistema eleitoral, restaurando na Itália um sistema de representação proporcional total. Tal mudança permitiria que a coalizão que obtivesse a maioria efetiva dos votos obtivesse também, automaticamente, a maioria dos assentos na Câmara dos Deputados.

Desde a elaboração de sua Constituição em 1948, a Itália possui um parlamento bicameral composto pela Câmara dos Deputados, com 630 membros, e pelo Senado, com 315 assentos. As duas câmaras são eleitas por votação direta, para mandatos de cinco anos. Além disso,

o parlamento também é composto por um sistema judicial e um executivo, do qual fazem parte o Conselho de Ministros (liderado pelo primeiro-ministro) e o Presidente da República. Este último é eleito pelo parlamento para mandatos de sete anos de duração. O presidente, por sua vez, escolhe o primeiro-ministro, e este nomeia os demais ministros, que passam pela aprovação do Presidente. O Conselho de Ministros precisa ter apoio de ambas as casas do Parlamento, uma vez que se um dos blocos políticos controlar o Senado e o outro a Câmara dos Deputados o país poderia se encontrar em situação de paralisia do legislativo. Como as duas Câmaras do Parlamento têm poder igual sobre o sistema político na Itália, um bloco precisa sair vitorioso em ambas para impedir que o país seja paralisado por um impasse parlamentar.

É nesse complexo contexto político e eleitoral que se deu a apuração dos votos na Itália. A diferença de votos entre os candidatos foi considerada expressivamente estreita. O líder do bloco centro-esquerdista, Romano Prodi, obteve uma pequena margem de vantagem na Câmara dos Deputados, recebendo apenas 24.755 votos a mais que seu oponente. No entanto, devido às mudanças no processo aprovadas em 2005, tal diferença foi suficiente para lhe conferir cadeiras extras que totalizavam uma maioria significativa de 55% desta Câmara. Já no Senado, a pequena diferença de votos entre os dois candidatos não se traduziu em maioria absoluta para a coalizão de Prodi, o qual recebeu apenas duas cadeiras a mais que seu rival candidato.

Diante desse quadro de vantagem apertada em favor de seu oponente, Silvio Berlusconi se recusou a reconhecer sua derrota, exigindo ainda uma recontagem minuciosa de algumas das cédulas eleitorais devido a supostas irregularidades em certas operações. Em resposta à demanda apresentada pelo líder da coalizão de centro-direita, o Ministro do Interior da Itália, Giuseppe

Pisanu, afirmou que os votos a serem recontados somavam apenas 2.131 e, portanto, não seriam capazes de alterar o resultado já anunciado das eleições.

Uma vez declarado vencedor, Romano Prodi passou a acelerar as conversas para a formação de seu novo governo. O objetivo é ser nomeado como novo premiê antes que termine o mandato do atual Presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi, previsto para 18 de maio de 2006. Caso contrário, a formação de um novo governo terá de esperar até depois da eleição de um novo presidente do país, que está marcada para o mês que vêm.

De qualquer maneira, a eleição da coalizão de Romano Prodi pode significar uma mudança na direção da atual política externa italiana. O apoio de Berlusconi à guerra no Iraque, liderada pelos Estados Unidos, foi uma medida muito impopular na Itália. Como reação, durante sua campanha, Prodi havia prometido tirar as tropas do Iraque o mais rápido possível. Tal contexto tende a levar a Itália a uma progressiva diminuição de suas relações com os Estados Unidos e uma conseqüente reaproximação com a União Européia.

Isso pode ser confirmado através do apoio de Prodi ao desenvolvimento do euro e ao Tratado Constitucional proposto para o grupo dos países membros do bloco europeu como um todo. A expectativa é de que o líder da coalizão italiana de centro-esquerda, União, esteja mesmo a favor da construção de uma política externa conjunta dos países da União Européia.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Folha On-Line

<http://www.folhaonline.com.br/>

Worls News

<http://www.wn.com/>

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

